



A. Estado, Poderes e Sociedade

B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões

C. Educação e Desenvolvimento

D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes

F. Família, Género e Afectos

G. Teorias, Modelos e Metodologias

Sessões Plenárias

## Observações sobre a cidadania

*Maria Teresa Salgueiro Vasconcelos e Sá*

A cidadania tem vindo a tornar-se num lugar-comum do discurso político e sociológico, que recorre a esta noção como uma espécie de panaceia para a crise do político na sociedade contemporânea. Esta situação parece dever-se, entre outros factores, à queda do muro de Berlim com a consequente perda de influência do modelo socialista e, por outro lado, à crise do Estado Providência. A noção de cidadania tinha comparativamente pouca importância na situação de Guerra Fria e de implantação do Estado Providência. Resumia-se a um ideal de protecção dos indivíduos que era desenvolvido tanto a Leste como a Ocidente. As teses de Marshall são bom exemplo dessa protecção, que no leste nem chegava a ser enunciada, pois pressupunha-se como realizada a integração do Estado e da Sociedade. Com a crise, sobrevinda nos finais dos anos 80, a noção de soberania torna-se essencial, servindo dois objectivos distintos: por um lado, como forma de autenticidade do estado democrático, acentuando os aspectos da participação e, por outro, como forma legitimadora das lutas em torno da desregulamentação do Estado Providência, cujo valor essencial é a protecção. Ora, esta noção centra-se exclusivamente sobre os direitos sociais dos indivíduos, tendendo a reduzir a problemática da cidadania ao estado e seu ordenamento jurídico.

O meu interesse pela teoria da cidadania de Michel Walzer deve-se ao facto de se encontrar neste autor uma importante alternativa à visão corrente da cidadania, articulando no seu âmbito a problemática da “desobediência civil” e dos limites do poder de Estado. A posição de Walzer é eminentemente política e não meramente jurídica, mostrando a importância, para as sociedades contemporâneas, de criar novos espaços de mediação entre o Estado e o cidadão. Se a cidadania tem uma componente de participação e de protecção, ela é bem mais complexa, podendo reconhecer outros direitos, como os da não-participação ou da desobediência civil. Por fundamental que os direitos sejam, tendem a ser negados quando essas mediações não são suportadas por associações e grupos de todo o tipo, mais ou menos efémeros, que emergem da concreticidade e da pluralidade da acção social. Mas, como diz Hannah Arendt, “É na experiência da pluralidade e da diversidade entre perspectivas diferentes — que, porém, pode levar ao entendimento e ao consenso — que o significado primeiro da esfera pública pode ser encontrado” (Arendt, 1994, in Sandra Jovchelovitch, org.).

Como primeiro momento desta comunicação analisarei duas versões extremas de cidadania, sobre as quais é decisiva a Razão de Estado, e que no fundo têm uma origem que remonta muito atrás na história, cruzando-se com a teologia. Walzer distingue dois casos típicos: a) a obrigação de morrer pelo Estado e b) a obrigação de viver pelo Estado, afectando a primeira a guerra e a segunda o suicídio. Depois de esclarecido este ponto, irei analisar a proposta de Walzer sobre a cidadania.

### O Estado e o Cidadão

A cidadania implica necessariamente uma certa relação ao estado, uma certa relação de pertença. Mas não é indiferente que ela seja outorgada pelo estado, ou um exercício de cidadãos. Os dois casos que agora vou analisar correspondem a um extremar destas duas posições, para Walzer, ambas criticáveis.

#### *a) A cidadania e a obrigação de morrer pelo Estado*

A obrigação de morrer pelo Estado não desapareceu na modernidade, estando presente em alguns dos principais autores da teoria política clássica, como é o caso de Hobbes e de Rousseau. Mas

é interessante verificar que Hobbes, contra tudo o que se poderia esperar, é bastante mais reticente sobre este dever do que Rousseau.

Pelas suas premissas individualistas Hobbes vai defender como valor essencial o “indivíduo” e a sua liberdade de dizer “não”. Para ele, o criminoso tem o direito de querer fugir e os guardas da prisão o dever de não permitir a sua fuga. Em relação a morrer pelo Estado, Hobbes defende que o medo da morte é o limite do mundo moral, ou seja, face a ele, perdemos os valores éticos e entramos no mundo dos instintos, no mundo animal, onde não há bem nem mal, mas simplesmente luta de todos contra todos. Os teóricos liberais que retomaram o individualismo como valor essencial da sociedade contemporânea, tendem a negar o direito de pedir a alguém que morra pelo Estado. Ao contrário, com Rousseau, o que se procura é a construção de uma sociedade “boa” onde os seus membros sintam a necessidade de arriscar a vida por ela. Assim para Rousseau, é na passagem do “estado da natureza” para o “estado civil”, que o homem limita os seus instintos e ganha o sentido da justiça, dando às suas acções um valor ético. Assim, um cidadão deve morrer pelo Estado para

o defender, justamente porque faz parte desse mesmo Estado.<sup>[1]</sup>

É evidente que o dever de morrer pelo estado só pode ocorrer de duas maneiras, como imposição de uma Estado absoluto, ou pelo sentimento de pertença a este mesmo Estado. Para o liberalismo a questão nem se põe, pois Estado e indivíduos são antiéticos. Como afirma Walzer, “no Estado liberal a sociedade é considerada como uma associação voluntária de indivíduos privados, centrados em si mesmos e em suas famílias, um mundo não de amigos e camaradas, mas de estranhos” (1975: 100). Acresce a isto, que hoje em dia o Estado está cada vez mais longe do indivíduo, surgindo como uma instituição formal. O indivíduo tem em relação à sociedade, à sua terra, ao sítio onde nasceu uma relação afectiva. É um espaço que tem uma história. O jurista William Blackstone (1723-1780), citado por Walzer, afirma que as nossas obrigações como cidadãos são semelhantes com as que temos com os nossos pais. Ou seja, uma pessoa tem uma grande dívida para com a sua terra Natal e o seu governo, que lhe dão segurança física e identidade moral. Esta é uma concepção que, na situação actual, concede um poder excessivo ao Estado sobre os cidadãos.

Há aqui uma aporia, pois para o liberalismo a função do Estado liberal é exactamente a de governar um conjunto de estranhos através de uma administração impessoal onde todos somos iguais perante a lei. O que implica que seríamos todos estrangeiros. Walzer refere neste caso as categorias do “residente inactivo”, do “estrangeiro”, da “pessoa politicamente alienada”. Por outro lado, para além do dever de morrer pelo Estado, existe uma responsabilidade política que não se compadece da crítica liberal a este dever. Walzer (1994) defende uma ideia de Cidadão que implica “estar comprometido não apenas com a sobrevivência, mas com a sobrevivência de uma organização política determinada, isto é, com todos aqueles objectivos, além da sobrevivência de cada um, apoiados pela organização”.

Voltando à questão inicial, do dever do cidadão morrer pelo Estado, Walzer vai defender que o recrutamento militar só é moral quando o que está em causa é a segurança da sociedade como um todo, noutras situações como sejam: cruzadas políticas, repressões coloniais, intervenções no estrangeiro..., o Estado tem que depender de voluntários. Por limitada que seja esta concepção de “voluntariado”, é claro que para Walzer o antigo dever de morrer pelo Estado é limitado pela cidadania. Só uma prática da cidadania pode evitar o ilusório escapismo dos liberais, bem como a propriedade do Estado sobre a cidadania.

### *b) A cidadania e a obrigação de viver para o Estado*

Se o Estado pode exigir a nossa morte, com os problemas que vimos atrás, numa direcção oposta pode exigir a nossa vida. É o caso do suicídio, politicamente bem dramático. Walzer diz-nos que desde sempre o Estado só aceitou o suicídio “altruísta” (Durkheim). Esta hostilidade em relação ao suicídio tem duas dimensões, uma religiosa e outra política: a religiosa, parte da crença que a vida de uma pessoa pertence só a Deus e portanto, só Deus a pode tirar; a política, parte do princípio que ser cidadão pressupõe uma ligação com o Estado que não nos permite agir independente dele.

Historicamente é um assunto bem documentado. Walzer trata de três casos passados em períodos diferentes da história: um contado por Aristóteles, outro que analisa as leis Inglesas sobre o suicídio no séc. XVIII, outro sobre um discurso de Fidel de Castro em 1964, sobre o suicídio de um revolucionário.

Por seu lado, Durkheim conta-nos que em Atenas o suicídio era permitido. Quando o indivíduo se queria suicidar, pedia autorização ao Senado para se matar, apresentando as razões que lhe tornavam impossível viver. Se o seu pedido fosse aceite, então o seu acto era considerado legítimo. Em todos estes casos o suicídio é condenado, e, embora com justificações diferentes, o que está sempre em causa é o facto de uma pessoa não ter só obrigações para consigo, mas também para com

o Estado.<sup>[2]</sup>

Também ele condena o suicídio. Mas vê na sociedade as suas causas.— Durkheim está preocupado

com a “felicidade” dos homens, e constata que nas sociedades modernas aumenta o número de suicídios, procura então saber o que está mal na organização da sociedade. E o grande problema é o da desintegração social, é o da ausência de laços que una o indivíduo à comunidade.

Hoje em dia, o que nos pode levar a ter uma atitude de condenação em relação ao Suicídio são as razões religiosas, porque as outras, as que têm a ver com os deveres para com a comunidade estão cada vez mais longe...

É bem diferente a leitura que Camus faz do Suicídio no “Mito de Sísifo”. Camus diz que o suicídio foi sempre pensado enquanto fenómeno social, mas o Suicídio é segundo ele, o verdadeiro problema filosófico. O resto, como ele diz, são jogos. Nós poderíamos dizer, são representações. Para Camus, a sociedade tem muito pouco a ver com a decisão ou a acção de nos suicidarmos; para ele, “começar a pensar é começar a ser consumido. A sociedade não tem grande coisa a ver com estes princípios. O veneno está no coração do homem. É aí que deve ser procurado. (Camus, 18)”. São dois olhares diferentes sobre o Suicídio, como se tratassem de dois paradigmas cuja incomensurabilidade não permite nenhuma comparação. Mas também aqui a recusa pura e simples do direito individual de morrer, ou a defesa absoluta de tal direito, acabam por ser antipolíticos. É justamente por uma falha de cidadania que o estado aparece como excessivamente intrusivo ou remoto. É verdade que na sociedade contemporânea faltam razões para viver. Com diz Walzer “Eu porém acho razoável argumentar que, na medida em que as pessoas, em determinada época, encontravam uma razão para viver no compromisso político, a actual falta de compromisso no Estado moderno poderá trazer-lhes uma nova e profunda disposição para morrer” (Walzer, 161). E aqui, seguindo Durkheim, tentamos resolver o problema a partir da criação de valores que sejam aceites pelos cidadãos, pelos actores sociais ou/e tentamos encontrar razões de viver nas nossas

vidas privadas, nas nossas famílias. <sup>[3]</sup>

A conclusão impõe-se: sem uma concepção política da cidadania o Estado torna-se absoluto, confundindo a cidadania com a razão de Estado. E, em contrapartida, a estratégia individualista e liberal, que afirma recusá-lo, está inteiramente determinada pela sua lógica, que se limita a inverter.

## O Cidadão e o Estado

Trata-se agora de fazer o movimento inverso, e partir do cidadão para o Estado. Sem cidadania não há verdadeiramente política. Daí que, mais positivamente, convém apresentar a teoria da cidadania de Walzer, cujas consequências se esclarecem à luz de uma importante questão, da “desobediência civil”, com que concluiremos esta comunicação.

### a) Então o que é a cidadania?

O centrar-se sobre o cidadão e não sobre o estado, a separação implícita entre política e direito pressuposta na noção de “desobediência civil”, mostra a necessidade de uma outra concepção de cidadania.

Para Walzer, no Estado Democrático Moderno, a noção de cidadania aparece associada a três valores essenciais: Protecção, Responsabilidade e Participação.

A protecção é-nos dada pelo Estado. Se nos consideramos cidadãos de um certo estado, partimos do princípio que as autoridades têm a obrigação de nos proteger.

Em contrapartida da protecção, vista unilateralmente como incumbindo ao Estado, temos a responsabilidade, que incumbe aos indivíduos. Em troca da protecção, o Estado parte do pressuposto que o cidadão vai obedecer às suas leis, — se houver guerra o cidadão lá estará... regredindo-se a concepções já criticada anteriormente, i. é, ao dever de morrer e de viver para o Estado.

O terceiro valor é o da participação, que não se resume à escolha dos governantes.

É exactamente nesta noção de Participação que nos vamos deter um pouco. A noção ideal de cidadania passa por aí, e esta ideia é claramente defendida pela doutrina da esquerda política. Defende-se então que o cidadão deve participar cada vez mais na feitura das leis e, por isso, obedecer-lhe.

O cidadão é alguém “livre, virtuoso, e poderoso” (Walzer, 181). <sup>[4]</sup>

Walzer vai delimitar dois grandes tipos de cidadão: o “cidadão activo”, que corresponde ao ideal revolucionário, o que vai defender a participação dos cidadãos na tomada de decisão; e o “cidadão inactivo”, que ele identifica com o cidadão contemporâneo, cuja participação na política passa pela votação nos órgãos que o vão representar, cuja principal preocupação é ter cada vez mais coisas para poder ser mais feliz. Walzer retrata-o assim “mal-representado, ansioso, culpado e impotente” (Walzer, 185). Segundo estas duas categorias, ficamos quase agarrados, presos, numa situação que leva a uma quebra da cidadania. Resta-nos desistir, fugindo do Estado, ou entrando para ao Estado, lesando com isso a vida política.

Mas Walzer analisa uma terceira hipótese, que é o “cidadão pluralista”. Estamos perante um cidadão, que recebe a protecção do estado, e participa nas decisões do estado. É aquele que vai pertencendo a grupos, e tem que gerir os conflitos de obrigação entre defender os valores do grupo a que pertence, e defender as leis do estado de que faz parte. Este conflito pode originar que o cidadão se sinta “obrigado” a desobedecer às leis do estado. Hipótese que leva Walzer a considerar se o Estado não deveria ser mais permissivo contra estes grupos que se lhe opõem. De qualquer modo, esta proposta é a única que pode aliar na acção política a protecção, a responsabilidade e a participação. Separá-las está na origem da crise do político nas sociedades contemporâneas. Michael Walzer alerta-nos para a ideia de pluralismo em sua última instância, ou seja para a possibilidade de se ser um cidadão, sem se pertencer a grupos. É o que ele denomina “o não-cidadão apaixonado”. É aquele que gosta da vida, ou seja, que privilegia a vida privada. Enquanto que o cidadão activo trabalha e vai às reuniões, vai às reuniões e trabalha, os cidadãos inactivos “darão longos passeios, brincarão com os seus filhos, pintarão quadros, farão amor e verão televisão (Walzer, 201)”. No fundo o que o autor defende é a liberdade que os cidadãos devem ter de poder escolher entre participação e inactividade. É dessa liberdade que depende a cidadania, e não apenas da participação., seja ela um direito ou um dever. A possibilidade de desobedecer, de dizer “não” está na base da cidadania. Só com essa possibilidade tem valor a afirmação de opções, de programas, de valores...

### *b) A Cidadania e o direito de desobedecer*

Daí a centralidade para a teoria de Walzer da noção de “desobediência civil”. Na sua análise ele estabelece diferenças entre a atitude do revolucionário, do criminoso, do desobediente. Faz uma distinção entre o seu pensamento e o do Filósofo Inglês do séc. XVII, John Locke. Para este autor “qualquer cidadão oprimido pelos governantes de seu estado tem o direito de desobedecer-lhe as ordens, infringir-lhe as leis e até mesmo rebelar-se e tentar substituir esses governantes alterando-lhes as leis” (Walzer, 9). Trata-se aqui, de legitimar o direito de revolta contra um regime tirânico, de legitimar o papel do revolucionário face a uma ditadura. É a partir desta lógica que Locke, vai definir o cidadão enquanto alguém que aceita plenamente a sua sociedade e as regras do seu governo, desde que seja um governo da lei, i.é, um estado de Direito. Só pode desobedecer quando luta contra um estado que o oprime. Se tal não acontece, resta-lhe ser um emigrante, alguém que deixou a sua terra natal, ou um forasteiro que corre mundo sem pertencer a nenhum sítio.

Para Walzer, a cidadania é outra coisa. Ser cidadão não implica necessariamente um compromisso absoluto de obediência às leis. A ideia de “desobediência civil” está associada à existência de uma contradição entre dois tipos de obediência: a que devemos ao estado; e a que devemos a um outro grupo a que pertencemos, à nossa consciência, ao que acreditamos. Se os cidadãos têm obrigações para com o Estado, também têm para com os valores que defendem, para com os pequenos grupos a que pertencem. Assim, a obrigação de obedecer, pode transformar-se em obrigação de desobedecer...

Mas, o que é o criminoso, senão alguém que pertencendo a um grupo, desobedece às leis do Estado? Walzer vai no entanto distinguir este tipo de desobediência, que ele considera não-séria, em que não se procura limitar a autoridade do Estado, mas só fugir-lhe. Há um outro tipo de desobediência, que tem uma importância grande na sociedade portuguesa, e que poderíamos denominar de “irreverência”. Tem a ver com a atitude de não só não pagarmos os impostos, como em nos gabarmos de tal (excluindo quem pensa vir a ser ministro); com a atitude de não cumprir as regras de trânsito; com o facto de avisarmos os automobilistas de uma operação *stop*; de fazermos uma piscina onde é proibido, e dizermos que é um tanque de rega; enfim, este gosto de desobedecer, de fugir, de nos esquivarmo-nos... não nos preocupamos em mudar as coisas, mas as coisas vão-se mudando, e o quotidiano torna-se mais leve.

Por seu lado, Walzer privilegia a desobediência civil não enquanto fuga ou irreverência, mas enquanto reivindicação pública contra o Estado. Esta colocação é importante, pois desloca o acento para a capacidade pública de resistir ao Estado, forçando este a uma resposta política, e não apenas jurídica ou policial. Bom exemplo deste processo, foram as iniciativas dos estudantes contra as propinas, ou a luta contra o pagamento das portagens.

## **Conclusão**

Estas análises mostram a ligação profunda entre cidadania e legitimidade política. O Estado é tanto mais legítimo politicamente quanto melhor consegue responder às iniciativas dos cidadãos. Poderá medir-se a sua capacidade política pelo maior ou menor grau com que consegue aceitar a desobediência ou a resistência, sem apelar imediatamente para a intervenção policial, ou para a normalização jurídica. Nesta perspectiva parece-me ter deixado patente a pertinência da teoria de



Walzer para uma outra concepção da cidadania. Quase diria que em vez de mais conversa sobre a cidadania, que começa a tornar-se numa ideologia, precisamos de uma concepção cidadã da cidadania. E em Walzer encontramos elementos fundamentais para a elaborar.

## Referências Bibliográficas

- Aron, Raymond (1967), *As Etapas do Pensamento Sociológico*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Barbalet, J. M. (1989), *A Cidadania*, Lisboa, Estampa.
- Camus, Albert, *O Mito de Sísifo*, Lisboa, Livros do Brasil.
- Durkheim, Emile (1893), *A Divisão do Trabalho Social*, Lisboa, Presença.
- Jovchelovitch, Sandra e Guareschi, Pedrinho (orgs.) (1994), *Textos em Representações Sociais*, Petrópolis, Vozes.
- Madec, Annick e Murard, Numa (1995), *Citoyenneté et Politiques Sociales*, Paris, Flammarion.
- Rémy, Jean e Voyé, Liliane Voyé (1992), *A Cidade: Rumo a uma nova definição*, Porto, Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto, Afrontamento.
- Walzer, Michael (1975), *Ensaio sobre desobediência, Guerra e Cidadania*, Rio de Janeiro, Zahar.

---

[1] Hobbes e Rousseau tratam também de uma maneira diferente a punição face à desobediência. Para Hobbes não há o direito político de punir. Para Rousseau a obrigação política de morrer pelo Estado implica o direito político de punir. E essa sanção, seguindo agora o pensamento de Durkheim, não tem como objectivo prevenir a repetição do acto, mas sim satisfazer a “consciência colectiva”.

[2] O Revolucionário, aquele que está disposto a dar a vida pela construção de uma nova sociedade, obviamente “melhor”, está numa situação muito parecida. A vida deixa de lhe pertencer. Só que ele escolheu assim... e nós ?

[3] Esta proposta de Walzer, sugere-nos o conceito de “individuação” “que Jean Remy trabalha (Remy, Voyé, 1992). Este conceito parte do pressuposto da diminuição da “consciência colectiva” “na sociedade contemporânea e da consequente diluição do social. Jean Remy defende, ao contrário de Durkheim, que esta fraca consciência colectiva que caracteriza a sociedade contemporânea e que Durkheim tão bem anteviu, não significa necessariamente a criação de situações anómicas. Surgem, segundo Jean Remy, novas mediações, desenvolve-se a criatividade individual, “A emergência de consciências individuais pode valorizar uma criatividade individual em detrimento de uma vontade de intervenção colectiva; pode também resultar desse facto um sentimento de insegurança que deriva de “cada um por si” , “salve-se quem puder”. Jean Remy, diz que podemos estar a assistir hoje em dia a uma inversão de sentido em relação à importância da “consciência colectiva” “ou seja, em vez de ser ela a conduzir o individuo, seria o reforço das consciências individuais que tornaria possível a existência de uma “consciência colectiva”.

[4] Esta possibilidade de participação nas decisões passa por uma questão bem física, que é o tamanho dos Estados. Esta relação, foi pensada por vários autores como, Aristoteles, Montesquieu, Rousseau, Durkheim. E todos defenderam a impossibilidade de participação em Estados com grandes dimensões. Podemos no entanto, e devemos, pensar este problema hoje, onde o tempo e o espaço se confundem, onde o internacional e o local se misturam.